

Para ler a sociologia política de Maria Isaura Pereira de Queiroz*

Glaucia Villas Bôas é professora de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Resumo

Neste trabalho, discuto os argumentos de Maria Isaura Pereira de Queiroz em favor de uma "racionalidade" da política brasileira, examinando a noção de tempo, as noções de dom e contradom e o conceito de parentela que a socióloga utiliza. Com o intuito de melhor compreender o pensamento da autora, indico diferenças e semelhanças entre seu trabalho e aquele de cientistas sociais seus contemporâneos, cujo interesse pelo estudo sociológico do poder se destacou nas décadas de 1950 e 1960.

Palavras-chave

Maria Isaura Pereira de Queiroz, política brasileira, dom, contradom, parentela

Abstract

In this article, the author discusses the arguments used by Brazilian sociologist, Maria Isaura Pereira de Queiroz, to defend a certain "rationality" in Brazilian politics by examining how she employed the notion of time, the notions of gift and counter-gift, and the concept of kinship. With the aim of furthering our understanding of Queiroz's thought, the author indicates the similarities and differences between the work of Queiroz and that of her contemporary social scientists, whose interest in the sociological study of power stood out in the 1950s and 60s.

Key words

Maria Isaura Pereira de Queiroz, brazilian politics, gift, counter-gift, kinship

Maria Isaura Pereira de Queiroz poderia ser elevada à categoria dos sociólogos "malditos", se por esta expressão entendermos os intelectuais, os autores e os escritores que não seguiram à risca os cânones de sua época, desviando-se das regras comuns ao seu círculo intelectual e, sendo, por isso, esquecidos, recusados e aceitos, ora incluídos em uma tradição de pensamento ora excluídos dela. Não se pense apressadamente que a autora recusou *in totum* os ideais e as idéias do mundo universitário e acadêmico. Ao contrário, defendeu e confirmou em seu percurso intelectual a adoção da abordagem científica para o estudo dos fatos da vida social, escolha de decisiva importância nos anos de institucionalização da sociologia, que separava o joio do trigo nos meios intelectuais. Mas se afastou inteiramente dos fundamentos históricos evolucionistas, da visão normativa e programática da sociologia, dos temas privilegiados do meio urbano e das interpretações dicotômicas da sociedade brasileira tão em voga nos círculos brasileiros, sobretudo paulistas, nas décadas de 1950

e 1960.

Haveria exagero em atribuir tal qualidade à socióloga? Sua obra foi taxada de conservadora pelas escolhas temáticas, uma vez que Maria Isaura orientou sua pesquisa e reflexão para o meio rural brasileiro e pôs em relevo figuras tais como coronéis, beatos, cabos eleitorais, sitianteiros, pequenos e grandes proprietários de terra, penitentes, cangaceiros e benzedoras. Danças como a de São Gonçalo, dramaturgias como a do Bumba Meu Boi, além de aspectos variados da festa do carnaval foram assuntos privilegiados em sua obra.

Argumentei em outra ocasião[1] que os temas abordados por Maria Isaura fazem parte de um amplo repertório que integra a tradição da cultura brasileira, aparecendo os assuntos que ela aborda tanto em obras de intelectuais do século XIX como de cineastas, poetas e dramaturgos contemporâneos. Contudo, já foi aventado que suas escolhas se devem a questões de gênero. Integrada em um meio acadêmico predominantemente masculino, seus temas de caráter “feminino” a diferenciavam. O interesse da autora pela cultura dos interioranos, pela maneira de pensar dos matutos, por suas danças e festas poderia justificar para aquela afirmação? Não vejo como o interesse pelos valores de uma coletividade possa se associar exclusivamente ao feminino. Mas se as escolhas temáticas de Maria Isaura não configuram uma temática feminina, nada mais restaria para explicar os temas de sua preferência senão o pecado de ter nascido em uma família quatrocentona paulista cujos antepassados se dividiam entre o cultivo do café em propriedades próximas do rio Paraíba e a ocupação com a plantação de café no oeste paulista. Os enfoques de gênero e de classe, contudo, não me parecem convincentes para explicar a escolha e reunião coerente de tema, hipótese e questão de trabalho. Neste caso, prefiro aqui buscar o entendimento do pensamento da autora no âmbito de uma tradição de pensamento conservadora que, entretanto, se renova justamente nas décadas de transformações profundas na sociedade brasileira.

Uma das escolhas mais significativas de Maria Isaura foi investigar o processo de mudança social no Brasil através do estudo das coletividades pobres e dominadas. Sua obra está pautada pela hipótese ousada e controvertida de que os grupos subalternos são capazes de organizar e liderar movimentos em favor da melhoria de suas condições de vida. Ao apostar nesta hipótese, a autora inverte a crença comum de que aqueles grupos são incapazes de ação em benefício próprio uma vez que se acredita que estejam naturalmente presos ao imobilismo, à espera de um movimento que os retire das duras condições em que vivem, iluminando suas mentes. Diga-se que os estudos de Maria Isaura sobre a mudança social não ficaram circunscritos aos grupos destituídos de bens materiais e poder de mando. Maria Isaura questionou o sistema político brasileiro do ponto de vista dos poderosos mandões locais. No entanto, mesmo nas pesquisas que compõem o livro *O Mandonismo Local na vida política brasileira e outros ensaios* [2], o leitor percebe que, para a autora, os grupos e indivíduos dominados, sujeitos ao poder de mando, tinham capacidade de discernimento e, no limite, sabiam das condições estreitas de suas escolhas.

Pode-se arriscar dizer então que se os temas de Maria Isaura são conservadores e pertencentes a uma tradição de pensamento voltada para a “cultura brasileira” não o são sua hipótese e questão de trabalho. A mudança social foi raramente abordada do ponto de vista das relações entre os que exercem o poder de mando e aqueles que se submetem

a ele, e mais raramente ainda a pesquisa da mudança social foi pautada por uma hipótese – tão contrária às diretrizes de meados do século XX – e que confere capacidade de discernimento aos pobres e destituídos de bens intelectuais.

Sob uma aparente simplicidade discursiva, o pensamento de Maria Isaura não se deixa revelar tão facilmente assim, sendo importante para sua leitura o entendimento de noções que coerentemente fundamentam sua obra. Elas dizem respeito 1) ao evolucionismo no processo de investigação; 2) a concepção de história; e 3) a noção de mudança social adotados pela autora.

A primeira condição para o entendimento do pensamento político-sociológico de Maria Isaura Pereira de Queiroz é, portanto, desvelar sua recusa em comparar a sociedade brasileira a um modelo ideal de sociedade moderna. Na constituição de seu pensamento, o leitor não encontra as mazelas atribuídas à sociedade brasileira como causas do seu atraso, a exemplo da herança lusitana e da formação da colônia, povo analfabeto, mistura das raças, conservadorismo das elites ou condições climáticas e geográficas. Isto distancia a autora não somente de seus contemporâneos das décadas de 1950 e 1960 como também dos intelectuais dos finais do século XIX e de cientistas sociais que atualmente integram a área de pensamento social. Grande parte da intelectualidade de ontem e de hoje desejava e ainda deseja propor um remédio para os males do país. Fazer o diagnóstico da vida social e apontar soluções para os obstáculos e as resistências que impediam e impedem a realização de um país moderno eram e são ainda questões quase obrigatórias para a camada intelectual. Muito embora, Maria Isaura tivesse como interesse precípuo o estudo da mudança social, o que, aliás, aproximava a autora de seus contemporâneos, considerou que não podia fazer uso da investigação científica para fazer um diagnóstico. O diagnóstico pressupunha um modelo ideal de sociedade e intervinha normativamente no processo de conhecimento eliminando a observação das diferenças e das singularidades quer fossem da sociedade brasileira ou de outro e qualquer agrupamento social. Diferenças para Maria Isaura significavam possibilidades de escolha e, portanto, liberdade, não sendo por isso possível eliminá-las da investigação científica.

Não deixou, como se pode pensar, de ter sob o foco de sua atenção os processos de industrialização, racionalização e padronização que se apresentavam de modo acelerado no Brasil na época em que a pesquisadora desenvolveu a maior parte de seus projetos. Aqueles processos não anulavam as diferenças históricas e culturais. Muito embora leitora cuidadosa de Durkheim, Maria Isaura não se deixou levar para sedução das patologias sociais. A sociedade brasileira é tal como está sendo em uma duração de tempo, considerando a autora mais prudente observar os fatos para construir uma tipologia, como o faz em *O Messianismo no Brasil e no mundo*[3] do que classificar os movimentos messiânicos – que anunciam um mundo melhor para populações geralmente pobres ou subjugadas por outras – como ajuntamentos perigosos de coletividades anômalas. A firme determinação em recusar a utilização de um ideal de modernidade para investigar a sociedade brasileira é um dos pontos de partida distintivos da obra de Maria Isaura. Nela não se percebe a insistência em um projeto de sociedade a ser realizado no futuro. Por isso, Maria Isaura não enfoca as patologias sociais nem os resquícios ou sobrevivências de “um tempo anterior e antigo”. Era de se esperar que dedicando parte notável de suas pesquisas à cultura popular, ela tivesse se interessado pela análise das sobrevivências culturais no mundo moderno. Contudo, não

colaborou para a consagração da categoria “sobrevivência” nem de forma positiva, acreditando que as “sobrevivências” constituíam uma fonte de brasilidade, nem de forma negativa considerando-as um empecilho para a vida moderna. Buscou uma posição equilibrada na análise dos processos sociais de padronização e diferenciação, apostando na idéia de um tempo contínuo que se definia pelas acomodações, re-interpretações, reaparecimentos, assim como pelos desaparecimentos, inovações e mudanças de fatos sociais o que poderia conformar ao longo do tempo algo de novo e diferente[4].

A segunda condição indispensável para a leitura o pensamento político da autora é o entendimento de sua concepção de história. Não é fácil, porém, captar a noção de história que fundamenta o pensamento de Maria Isaura. Ela foge das divisões canônicas que incluem um “antes” e um “depois” em uma seqüência temporal irreversível com o intuito de acentuar a existência de fluxos e refluxos em uma duração contínua. Diga-se que duração, na obra da autora, nada tem a ver com durée, tal como definida por Bergson em oposição a tempo. Maria Isaura estava interessada em apreender um processo histórico cuja definição revela aos seus leitores nos capítulos finais do livro *O messianismo no Brasil e no mundo* :

nossa definição de processo visa ao que se passa no âmbito das estruturas e das organizações sociais, e não o que tem lugar interindividualmente, ou culturalmente (...) O conceito de processo é habitualmente definido de acordo com as teorias evolucionistas; foi por isso sempre relacionado com a mudanças social, quando utilizado no âmbito da estrutura e da organização sociais. A sociedade porém é um todo que ora se modifica ora se mantém, segundo a ação interna e externa dos processos sociais; tanto sua permanência quanto sua transformação dependem destes[5].

Se a idéia de processo, definida pela autora, distanciava-se da oposição bergsoniana entre tempo e duração, tampouco se pode confundi-la com os “processos invisíveis” de que fala Hannah Arendt, para quem aqueles processos dissociaram o concreto do geral e o evento singular do significado universal. O tempo, na acepção de Maria Isaura, não é o tempo “subjetivo” da intuição nem o tempo “objetivo” dos padrões de cada fase histórica que se superpõem hierarquizadas em uma seqüência temporal umas sobre as outras. A socióloga tampouco acreditava que um processo civilizatório sem precedentes, encabeçado pela cultura européia ocidental capitalista, teria “engolfado” todas as formas particulares e concretas de conceber o tempo e a vida social, nos grupos humanos os mais diversos, incluindo as individualidades históricas de caráter nacional. Finalmente, importante na definição de processo, para Maria Isaura, não é apenas o fato de que inclui movimentos de modificação e permanência, mas o reconhecimento de que processo é um movimento inerente à estrutura e à organização social. A socióloga combate uma separação rígida entre a idéia de processo e os conceitos de estrutura social e organização social. O processo constitui-se de um conjunto de relações sociais concretas, posições de indivíduos ou grupos dentro da sociedade, assim como ajustamentos possíveis de padrões de conduta entre indivíduos e grupos, ajustamentos finos que englobam tanto modificações quanto trocas recíprocas e oposições.

A terceira condição de leitura concerne à noção de mudança social. À Maria Isaura interessava saber se as ações e movimentos sociais em favor de mudanças sociais provinham da insatisfação de indivíduos e grupos pela precariedade de suas condições

de vida imposta por um sistema de dominação ou se resultavam da quebra das regras que organizam a vida social de uma coletividade; ou, ainda, se, aquelas ações e movimentos tinham origem em uma crise provocada pelo entrecruzamento de diferentes maneiras de agir, sentir e pensar existentes no interior de um grupo social ou sociedade global. A socióloga indagava se as mudanças eram conservadoras, reformistas ou revolucionárias.

Tanto os “letrados” como os “não letrados” tinham a capacidade e o poder de intervir no curso dos acontecimentos. Por isso, no seu famoso *O Messianismo no Brasil e no mundo* ressaltou a importância do movimento da Ghost Dance liderado por índios norte-americanos que se rebelaram contra a ocupação de suas terras, a desorganização de suas tribos e a política de integração do governo norte-americano no século XIX. Interesse semelhante levou a socióloga a acompanhar a trajetória do velho beato João Batista, analfabeto de 59 anos, que se estabeleceu no pequeno povoado de Santa Brígida no interior da Bahia e foi capaz de liderar melhorias no padrão de vida de seus adeptos sem provocar uma mudança estrutural na sociedade. Outro exemplo encontra-se em *História do Cangaço*[6], no qual reafirma sua posição relativa ao imobilismo dos sertões, dizendo que a área do sertão “nunca foi adormecida”. Ao contrário, tanto os grupos de cangaceiros como os movimentos religiosos que passavam por aquelas terras eram a prova de que houvera e havia um incessante processo de mudança, na demografia, na geografia, na sociabilidade, ainda que lá se mantivesse uma estrutura familiar e política conservadora, tal não excluía a existência de mudanças.

A adoção de uma concepção dinâmica da vida social sem exclusão das camadas desfavorecidas levou, também, Maria Isaura a se insurgir contra a sentença de que no Brasil imperava o voto de cabresto. Em suas pesquisas, chegara à conclusão que nem todo voto de indivíduos pertencentes a camadas populares era de cabresto, polemizando com colegas para quem o voto de cabresto nas regiões rurais, sujeitas à dominação dos proprietários de latifúndios, era um fato incontestável e um grave obstáculo à implementação do regime democrático no país[7]. Maria Isaura afirmava que no momento das eleições imperava a barganha, a reciprocidade de favores, no qual os eleitores podiam medir o peso das vantagens e desvantagens de suas escolhas, constituindo-se em um sistema de dom e contra dom como lhe ensinara Marcel Mauss. Isto ocorria com maior frequência e grau em regiões onde pequenos sitiantes, fazendeiros e comerciante não estavam subordinados a uma pessoa do ponto de vista do trabalho e sim livres do ponto de vista econômico. Como em outros estudos, ela evitava a generalização de um fato, apostando na incorporação de nuances e variações refinadas em seu quadro analítico, o que era indispensável, conforme advertia, para uma compreensão apurada da sociedade brasileira. Furtou-se a uma visão dualista, negando dividir a sociedade global em duas metades: tradicional e moderna.

Mas, a problemática da mudança social não ficou circunscrita às coletividades e grupos destituídos de bens materiais e poder de mando. Maria Isaura questionou a cultura e a sociedade brasileira do ponto de vista dos grupos dominantes através de trabalhos publicados, principalmente, os que compõem o livro *O Mandonismo Local na vida política brasileira e outros ensaios*. Nele analisa a permanência secular do poder dos mandões locais com base na força das parentelas. Convencida da necessidade de institucionalização de uma sociologia política cujos fundamentos tinha lançado no I Congresso Brasileiro de Sociologia em 1954, procura demonstrar que o poder de mando

baseado em relações pessoais tem uma lógica própria não podendo ser definido como irracional. A racionalidade da política brasileira é outra hipótese constante em sua obra, e que contraria as correntes predominantes nas ciências sociais. Maria Isaura argumenta que o mandonismo encontra meios para assegurar seus interesses ao se apoiar na parentela, sua dimensão sociológica, e não exclusivamente na propriedade fundiária, sua dimensão sócio-econômica. A estrutura da parentela garante aos coronéis a consecução de seus interesses, uma vez que possibilita a obtenção e manutenção de posições de mando no âmbito local e central do poder político. Além disso, a parentela assegura a durabilidade de posições sociais e de prestígio mesmo quando ocorrem mudanças, inesperadas ou não, de caráter ideológico, político ou econômico: agem com eficiência e rapidez para se acomodar às mudanças e garantir seu poder de mando.

Como se vê, o pensamento político de Maria Isaura está atrelado a sua hipótese sobre a capacidade de agir e pensar de grupos subalternos, aos temas da tradição da cultura brasileira e à questão da mudança social. Não há como separar estes três eixos fundamentais de sua obra, sob pena de perder a contribuição que Maria Isaura deu ao conjunto das interpretações do Brasil e, deste modo, impedir que se proceda à crítica indispensável de sua obra.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha e LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo (orgs.) (2000). *Maria Isaura Pereira de Queiroz: a mestra*. São Paulo: CERU /Humanitas.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. (1999) “Desafios de uma geração e a originalidade da interpretação” . In: Ethel Volfzon Kosminsky (org.) *Agruras e prazeres de uma pesquisadora: ensaios sobre a sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz*. Marília, Unesp/Marília/Publicações, São Paulo: Fapesp. pp. 37 a 50.

BOTELHO, André. (2007) “*Seqüências de uma sociologia política brasileira*”. In: Dados, Rio de Janeiro, vol. 50, n. 1. pp. 49 a 82.

KOSMINSKY, Ethel Volfzon (org.) (1999) *Agruras e prazeres de uma pesquisadora: ensaios sobre a sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz*. Marília, Unesp/Marília/Publicações, São Paulo: Fapesp.

LEAL, Victor Nunes. (1948) *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense.

LIMA, Nísia Trindade. (1999) *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/ Iuperj / UCAM

NEGRÃO, Lísias Nogueira. (1999) “Aspectos teóricos e metodológicos dos estudos sobre o messianismo” In: Ethel Volfzon Kosminsky (org.) *Agruras e prazeres de uma pesquisadora: ensaios sobre a sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz*. Marília, Unesp/Marília/Publicações, São Paulo: Fapesp, pp. 175 a184.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. (1992) *Carnaval brasileiro. O vivido e o mito*. Rio de Janeiro, Petrópolis: Editora Vozes.

_____. (1991, 4ª. Ed) *História do cangaço*. São Paulo: Global Editora e Divulgadora Ltda.

_____. (1983) “Nostalgia do outro e do alhures: a obra sociológica de Roger Bastide” In: *Roger Bastide: sociologia*. Maria Isaura Pereira de Queiroz (org.), São Paulo: Editora Atica.

_____. (1983, 2ª. Ed.) *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: CERU e FFLCH?USP (Col. Textos, 4)

_____. (1978) “Classes sociais no Brasil: 1950-1960”. In: *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A.; Editora da Universidade de São Paulo.

_____. (1978) *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. São Paulo, Livros Técnicos e Científicos Editora S.A.; Editora da Universidade de São Paulo.

_____. (1976, 2ª. Ed.) *O Messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Alfa-Ômega.

_____. (1976 b) *O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega.

_____. (1973) *Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade*. São Paulo: Livraria Duas Cidades.

_____. (1973, 2ª. Ed) *O Campesinato brasileiro. Ensaio sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda.

_____. (1958) *Sociologia e Folclore. A dança de São Gonçalo num povoado baiano*. Salvador: Livraria Progresso Editora, Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia.

PONTES, Heloisa. (1998) *Destinos Mistos. Os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Companhia das Letras.

VILLAS BÔAS, Gláucia. (2006) *Mudança Provocada. Passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

* Este trabalho foi apresentado no II Simpósio de Teoria Política promovido pelo Departamento de Ciência Política do IFCS/UFRJ em 2009. O texto é versão modificada de dois artigos: A Tradição renovada na obra de Maria Isaura Pereira de Queiroz, publicado em *Um Enigma chamado Brasil*, organizado por André Botelho e Lilia M. Schwarcz, São Paulo Co. da Letras, 2009; e A Racionalidade da política brasileira na sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz, em *Sociologia em Transformação*, organizado por Maria Stela Grossi e Tom Dwyer, Porto Alegre, Tomo Editorial, 2006.

[1] Villas Boas, Gláucia. A Tradição renovada na obra de Maria Isaura Pereira de Queiroz. In: Schwarcz, Lilia; Botelho, André (organizadores). *Um Enigma chamado*

Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009

[2] Queiroz, Maria Isaura Pereira de. O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios, São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1976.

[3] Queiroz, Maria Isaura Pereira de. O Messianismo no Brasil e no mundo. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

[4] Queiroz, Maria Isaura Pereira de. Op. cit., p. 365.

[5] Queiroz, Maria Isaura Pereira de. História do cangaço, São Paulo, Global Editora e Divulgadora Ltda, 1991.

[6] Leal, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Forense, 1948.

[7] Queiroz, Maria Isaura Pereira de. O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1976.